



Número: **0800342-02.2019.8.20.5103**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Currais Novos**

Última distribuição : **07/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|----------|
| DAMIAO BOZANO DOS SANTOS (AUTOR) | | FLAVIA MAIA FERNANDES (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU) | | LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 51218689 | 26/11/2019 11:22 | Sentença | Sentença |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Currais Novos
Avenida Coronel José Bezerra, 167, Centro, CURRAIS NOVOS - RN - CEP: 59380-000

Processo: 0800342-02.2019.8.20.5103

AUTOR: DAMIAO BOZANO DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

1.DAMIAO BOZANO DOS SANTOS, qualificado nos autos, ingressou em Juízo, por intermédio de seu advogado, com **Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT** em desfavor da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, também qualificada, expondo na inicial os fatos e fundamentos em que baseia a sua pretensão.

2.Após o recebimento da inicial (**ID 39412317**), a parte promovida apresentou contestação (**ID 43547164**), tendo a promovente apresentado réplica(**ID 44331532**).

3.Realizada perícia judicial (**ID 50489804**), as partes em seguida apresentaram suas alegações finais.

4. Por fim, vieram os autos conclusos para análise.

5.É o relatório. DECIDO.

6.Inicialmente, verifico que estão presentes todos os pressupostos processuais objetivos e subjetivos, bem como as condições da ação, razão pela qual passo ao julgamento do mérito da presente demanda.



7.O Seguro Obrigatório DPVAT tem por objetivo garantir a satisfação de indenização das vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por vias terrestres, cobrindo danos pessoais decorrentes deste tipo de evento danoso.

8.Nesse sentido, e após detida análise dos autos do processo, verifico que resta incontroverso, isso considerando a inexistência de oposição por parte da demandada, que o promovente foi vítima de acidente de trânsito, ocorrido no **dia 13.07.2018** .

9.Resta claro também que, em razão do referido evento danoso, **DAMIAO BOZANO DOS SANTOS**, pela via administrativa, recebeu da promovida o valor de **R\$ 2.362,50(dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

10.Após o advento da Lei nº 11.945/09 deve-se apurar o valor a ser pago a título de indenização, nos casos de invalidez permanente parcial incompleta, que é a hipótese dos autos, a partir de uma dupla operação, que convencionou-se chamar de grau sobre grau, haja vista a conjugação da primeira operação em relação a qual se analisa o percentual destinado a cada segmento do dano corporal, e em seguida, sobre o valor já apurado, aplica-se a redução proporcional ao grau de repercussão da lesão, que poderá ser intenso (75%), médio (50%), leve (25%), e residual (10%).

12.Considerando que, após perícia judicial, constatou-se que o grau de repercussão da invalidez suportado pela parte autora foi de **25%(vinte e cinco por cento)**, e tendo em vista que, com o advento da Lei nº 11.945/2009, o valor da indenização passou a observar o grau de repercussão sobre o percentual de perda equivalente ao segmento do dano corporal, considero que o valor devido à requerente, no caso em análise, à título de indenização, perfaz o montante de **R\$ 2.362,50(dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, isto é, **25%do valor de R\$ 9.450,00, que equivale a 70% (Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, consoante dispõe o art. 3º, II, da Lei 6194/74.



Dessa forma, **como a seguradora efetuou o pagamento na via administrativa em montante equivalente ao referido no item anterior (ID 32286240)**, a improcedência do pedido formulado na inicial é medida que se impõe, pois não houve lesão que importasse em proporção maior que a indenização satisfeita.

DISPOSITIVO.

13. Diante das razões acima expostas, e de tudo mais que dos autos consta, **julgo IMPROCEDENTE o pedido**, e **DECLARO** concluído o módulo processual de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

14. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Arbitro estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ou seja, R\$708,75 (setecentos e oito reais e setenta e cinco centavos) nos termos do §2º do art. 85 do Código de Processo Civil, considerando a objetividade do trabalho formulado pelo advogado da promovida, ou seja, o zelo na produção das petições e provas, o local da prestação do serviço, bem como a simplicidade da causa e a necessidade de presença em uma audiência. Declaro suspensa a exigibilidade das referidas verbas, posto ser o promovente beneficiário da gratuidade judiciária (Lei nº 1.060/50).

15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

CURRAIS NOVOS, 26 de novembro de 2019

(documento assinado digitalmente)



Ricardo Antônio M. Cabral Fagundes

Juiz de Direito

